

Vol 17, Núm1, jan-jun, 2024, pág. 30-47.

A ambígua relação entre EPT e expansão do agronegócio na Amazônia: trajetórias de egressos do IFAM de Humaitá (AM)

**The ambigual relationship between professional and technological education and
agribusiness expansion in the Amazon: trajectories of graduates from IFAM in Humaitá
(AM)**

João Maciel de Araújo

RESUMO

Com base no caso do Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), em Humaitá, na região do Sul Amazonense, este trabalho tem o objetivo de analisar a inserção dos egressos de cursos técnicos do Eixo Tecnológico Recursos Naturais (Técnico em Agropecuária na forma integrada e Técnico em Florestas e Técnico em Recursos Pesqueiro na modalidade subsequente) na dinâmica socioeconômica regional, marcada pelo franco apoio estatal à implantação de grandes projetos agropecuários. Utilizando metodologia baseada em pesquisa documental, aplicação de questionários e realização de entrevistas junto a egressos, professores do IFAM e gestores públicos, constatou-se que, embora compondo uma mudança qualitativa na oferta de educação pública na região, os cursos do eixo recursos naturais do IFAM em Humaitá inserem-se numa lógica ambígua e contraditória presente na dinâmica socioeconômica da região de fronteira agropecuária: por um lado, representam oportunidade para a qualificação acadêmica e habilitação profissional aos moradores da região; por outro, as condicionantes do modelo econômico elegido no campo político, não permitem plena inserção das pessoas no processo produtivo, uma vez que visa, preponderantemente, a reprodução e acumulação de capital, por meio da incorporação de territórios e recursos naturais.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Amazônia, Fronteira Agropecuária.

ABSTRACT

Based on the case of the Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas (IFAM), in Humaitá city, in the South Amazon region, this word aims to analyze the insertion of graduates from technical courses of the technological axis Natura Resources (Technician in Agriculture in the integrated form and Technician in Forests and Technician in Fishing Resources in the subsequente modality) in the regional socioeconomic dynamics, marked by frank state support for the implementation of large agricultural projects. Using methodology based on documentar research, application of questionnaires and interviews with graduates, IFAM teachers and public managers, it was found that, although composing a qualitative change in the offer of public education in the region, the courses of the natural resources axis of the IFAM in Humaitá are part of na ambiguous and contradictory logic presente in the socioeconomic dynamics of the agricultural frontier region: on the one hand, they represent na opportunity for academic qualification for residents of the region; on the other hand the constraints of the chosen economic model in the political field do not allow full insertion of people in the productive process, since it mainly aims at the reproduction and accumulation of capital, through the incorporation of territories and natural resources.

Keywords: Professional and Technological Education, Amazon, Agricultural Frontier.

INTRODUÇÃO¹

A partir da década de 1970, as transformações socioeconômicas decorrentes do planejamento dos governos militares vieram acompanhadas de drásticas transformações na paisagem da parte meridional da Amazônia brasileira. O ideário desenvolvimentista da época repousava em narrativas do tipo epopeica, de “dominação da natureza selvagem pelo homem”. Na prática, a estruturação de uma densa malha rodoviária, contrastando com o transporte fluvial até então predominante, significava a decisão autoritária de ocupação não indígena e viabilização da exploração de recursos naturais da região pelo capital. O conjunto de medidas implementadas pelo Estado brasileiro à época, causou uma série de conflitos, expropriações, espólios, massacres humanos e degradação ambiental que reverberam na aparência atual da região. Mas é deste período também que emergem diferentes sujeitos na luta por direito ao território e ao reconhecimento de singularidades culturais de povos indígenas e populações tradicionais.

Com aproximadamente 59 mil habitantes (segundo dados preliminares do Censo Demográfico do IBGE 2022), dos quais mais de 60% encontram-se na área urbana, o município de Humaitá, *locus* da pesquisa ora apresentada, pode ser representado como um lugar no qual tradição e modernidade caminham lado-a-lado. Atravessado pelo Rio Madeira, mas também pela emblemática rodovia Transamazônica, Humaitá é a um só tempo o lugar que conta a história da Amazônia brasileira em dois diferentes momentos: primeiro, o chamado ciclo da borracha, a partir da segunda metade do século XIX; e, segundo, o momento dos projetos de integração nacional, levados a cabo pelos governos militares a partir das últimas décadas do século XX, com a abertura de estradas de rodagem e políticas fiscais de incentivo ao desflorestamento. Nos últimos anos, assim como no restante desta parte da Amazônia brasileira, a sociedade local, incluindo diferentes etnias indígenas (Tenharin, Parintintin, Jiahui, entre outras) e comunidades tradicionais (extrativistas, ribeirinhos etc.) viu revigorado o ideário do desenvolvimentismo a partir da expansão de projetos agropecuários, sob o repertório do agronegócio como suposta vocação regional.

A perspectiva desenvolvimentista atual está pautada no ideário do agronegócio e materializa-se em políticas formuladas a partir de diferentes agentes situados nos campos

¹ Parte das ideias expostas neste artigo foram esboçadas no GT Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do XII Seminário Nacional Sobre Educação e Trabalho (Belém/PA, em novembro de 2022), a partir de texto produzido em coautoria com Iran Fernandes e Rita Vieira, a quem agradeço.

econômico e político, repercutindo sobre a atuação de organismos estatais na região. As diversas faces de influência sob o Estado vão desde o tratamento beneplácito no plano tributário e fiscal concedidos às grandes empresas (investidores) situadas no município, até as diretrizes para o estabelecimento de programas educacionais que estariam alinhados às demandas do modelo econômico almejado pelos agentes econômicos hegemônicos. A respeito desta última influência, é especialmente simbólica a repercussão sobre políticas de Educação Profissional e Tecnológica – EPT, que em linhas gerais, devem contemplar a formação de força de trabalho capaz de garantir elevada produtividade e rentabilidade econômica dos processos de exploração dos recursos naturais.

O presente trabalho analisa aspectos da política de EPT implementada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, especialmente no que se refere à articulação da oferta de cursos técnicos e as características do agronegócio na região onde está situado o Campus Humaitá. De antemão, é necessário que o leitor tenha a clareza de que o texto não apresenta dados numéricos quanto à empregabilidade dos egressos, tais como taxas de ocupação na área de formação, pois esta não é nossa intenção. Acreditamos que esta também é uma informação de suma importância, a ser trabalhada em pesquisas posteriores.

A concepção adotada durante a pesquisa que originou este trabalho, alinha-se ao pensamento de Frigotto (2018a, p. 18): “a educação como uma prática social que se produz dentro das relações sociais de classe e que, por sua vez, é parte constituinte dessas relações”. Considerando o contexto socioeconômico em que está inserido o IFAM, Campus Humaitá, e as diferentes perspectivas em torno da contribuição da EPT, como proposta de reconfiguração e fortalecimento de arranjos socioeconômicos e também para a formação de sujeitos ativos na transformação da realidade (NOSELLA & AZEVEDO, 2012), o trabalho tem como sujeitos egressos de cursos técnicos do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, do referido Campus. O problema da pesquisa é saber qual a relação dos egressos dos cursos considerados com a dinâmica socioeconômica regional, especialmente no que se refere ao ramo do agronegócio. Partiu-se da hipótese de que os padrões tecnológicos empregados nos arranjos produtivos do agronegócio na região demandam baixa mão-de-obra no nível de formação dos egressos.

Além desta introdução, o trabalho está composto da seção subsequente, na qual são apresentadas a abordagem e os procedimentos de realização da pesquisa. Os Resultados são apresentados e discutidos a partir de duas subseções, buscando uma interlocução com os

pressupostos, conceitos e categorias que balizaram teoricamente a análise. Fechando o trabalho, na Conclusão são formuladas algumas sínteses, que em linhas gerais, demonstram que a política de EPT do IFAM, no contexto considerado, representa um avanço significativo quanto a atuação do Estado brasileiro no campo da educação, embora não livre de contradições e ambiguidades.

METODOLOGIA

Situada no campo das Ciências Sociais e utilizando uma abordagem que combina a perspectiva relacional (BOURDIEU, 2011) e abordagem histórica, a pesquisa, de natureza qualitativa, com recurso a alguns dados quantitativos, realizou-se entre setembro de 2021 e agosto de 2022, considerando um recorte espacial que compreende a microrregião do Sul Amazonense e recorte temporal que se inicia em 2014 e vai até agosto de 2022.

Do ponto de vista procedimental, foi empreendida pesquisa documental, com base nos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs escolhidos para a análise e outros documentos institucionais do IFAM, especialmente os Planos de Desenvolvimento Institucional - PDIs. Neste sentido, a pesquisa documental norteou a elaboração de um questionário misto de respostas fechadas e abertas, que foi aplicado (por meio do aplicativo *Google Forms*) à uma amostra de 32 egressos (sendo 36,4% mulheres da amostra de Agropecuária; 81,8% mulheres de Florestas e 14,3% de mulheres da amostra de Técnico em Recursos Pesqueiros), concluintes em diferentes anos, de três cursos técnicos que compõem a oferta formativa do Campus no Eixo Tecnológico Recursos Naturais, a saber: Técnico em Agropecuária na modalidade integrada; e Técnico em Florestas; e Técnico em Recursos Pesqueiros, ambos na modalidade subsequente. Em caráter complementar, mas não menos relevante, foram também realizadas entrevistas abertas junto a egressos e docentes dos cursos.

Também como procedimento de levantamento documental, a pesquisa lançou mão de dados secundários sobre EPT no Brasil, através da plataforma virtual Nilo Peçanha. Fez ainda parte do processo de produção de dados a prática da observação participante e também uma revisão da literatura especializada sobre as temáticas que tocam o problema da pesquisa. Cabe anotar, que a pesquisa se deu no âmbito de um projeto de iniciação científica e foi conduzida por docentes, com o envolvimento de discentes do IFAM em Humaitá.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em termos analíticos, sem desconsiderar casos individuais mais específicos, no geral, os dados da pesquisa permitem afirmar que os egressos dos cursos do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, do IFAM de Humaitá, têm suas trajetórias mais ou menos alinhadas a duas situações: a) predominantemente entre os egressos do Técnico Integrado sobressai-se a expressividade do quantitativo que dão prosseguimento à formação acadêmica, com o ingresso em cursos de graduação; e b) entre os egressos de cursos da modalidade Subsequente sobressai-se uma percepção e representação de reconhecimento da boa qualidade da formação recebida durante o curso e conseqüente relevância na vida dessas pessoas. Evidentemente, a presença de cada egresso em uma, ou outra situação mencionada, é influenciada por fatores como idade, gênero, trajetória de vida antes e durante o curso, condições socioeconômicas da família e etc.

No intuito de apresentar de forma articulada os dados obtidos durante a pesquisa, esta seção está subdividida em duas partes, onde enfatizam-se também as nuances teórico-metodológicas correspondentes a cada tema considerado na composição da argumentação central do trabalho. Cada subseção, portanto, oferece elementos teóricos para melhor entendimento das causas e conseqüências que julgamos importantes na interpretação dos resultados.

Expansão da fronteira agropecuária sobre o Sul Amazonense e repercussão sobre a EPT

O enunciado do título deste trabalho e a descrição preliminar do contexto, apresentados na introdução, oferecem a noção do lugar geográfico onde se deu a pesquisa. Mas, visando situar em termos teórico-metodológicos as características sociais, culturais, econômicas, políticas e simbólicas do contexto ao qual nos referimos, de início, deve-se considerar o debate acadêmico acerca da ideia de fronteira no contexto amazônico. Neste sentido, recorreremos ao artigo de Crispim (2022). A referida autora empreende uma análise comparativa do pensamento de quatro renomados pesquisadores brasileiros no campo das ciências sociais que se debruçaram sobre o estudo da Amazônia enquanto fronteira: Otávio Guilherme Velho, José de Souza Martins, João Pacheco de Oliveira e Bertha K. Becker. Crispim (2022) conclui que uma das características apontadas, sob diferentes maneiras pelos

autores, é a existência de um campesinato, a coexistência de diferentes sistemas de relações sociais, a presença determinante do Estado e, alinhando-se à nossa perspectiva, a relevância do meio agrário enquanto estruturador das feições econômicas, sociais e políticas. Em termos de especificidade, destacamos a observação feita por Crispim (2022) quanto à importância que Bertha K. Becker atribui também aos espaços urbanos da região.

Sendo assim, para além de uma zona espacial específica, na qual agentes econômicos buscam incorporar e submeter os recursos naturais aos circuitos de reprodução e acumulação de capital, a fronteira aqui é entendida como lugar em que se cruzam e contrastam diferentes grupos de identidade. Em termos de linhas de forças políticas e econômicas, o sul amazonense tem como importantes agentes empresários e políticos situados nos estados do Acre e Rondônia, mais imediatamente, mas também em outras áreas. Sendo assim, esta região constitui-se como um dos *locus*, que vai além de uma linha de demarcação física (nos limites territoriais do estado do Amazonas), onde tais agentes pretendem realizar seus interesses, na maioria das vezes diretamente vinculados a acumulação de capital

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz ela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. [...] O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (MARTINS, 1996, p. 27).

As atividades associadas ao agronegócio na região do Sul Amazonense, são principalmente a pecuária bovina de corte e o monocultivo extensivo mecanizado de grãos (arroz, soja e milho). Tais atividades representam mudanças drásticas nas formas tradicionais de uso do solo nesta região. Relacionados à exploração de recursos naturais, destaca-se ainda a atividade madeireira, que do ponto de vista da legalidade, muitas práticas estão sob suspeita. Por fim, embora configurando uma atividade relativamente independente do agronegócio, mas com implicações sobre os recursos naturais, deve-se destacar a atividade do garimpo de ouro, este na grande maioria dos casos inegavelmente ilegais.

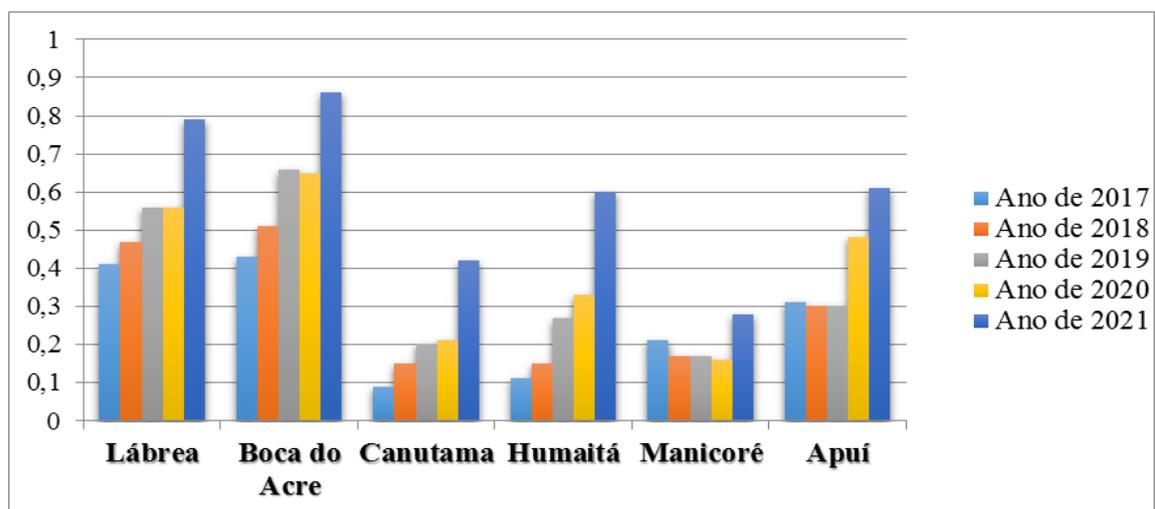
Conforme já mencionado, as transformações quanto ao uso do solo nesta região, remontam aos planos de integração nacional concebidos autoritariamente pelo regime militar a partir dos anos de 1960. Contudo, há de se considerar que a ascensão do governo Bolsonaro e seu discurso de exaltação às práticas autoritárias e predatórias da ditadura militar em relação

à Amazônia, revigoraram o movimento de expansão agropecuária nos moldes concentradores de terra na região, conforme comprovam os índices crescentes de desmatamento anual nos municípios situados na região por nós estudada.

Pari passu ao aumento do desmatamento, cresceu também a movimentação de migrantes que buscam se estabelecer na região. É sintomático que de uma amostra de jovens entre 13 e 19 anos, estudantes das séries finais do ensino fundamental em uma escola de uma comunidade as margens da Rodovia BR-319 (entre Humaitá e Manaus), somente 12,9% são amazonenses e o restante provinha de outros estados da federação, sobretudo de Rondônia. Não obstante o ingresso de pessoas de outras regiões caracterizar-se pelo estranhamento e, não raro, hostilidades de parte a parte em relação aos nativos, não se pode ignorar que boa parte destas pessoas foram ludibriadas pelo discurso irresponsável do governo, que vende oportunidades ilusórias a quem se encontra sem perspectivas econômicas nos lugares em que estão estabelecidos.

Verificou-se o revigorar da ideia de Amazônia como “fronteira aberta”, como lugar de terras ainda não exploradas, “terras livres”. Guardadas as diferenças históricas, nos últimos anos, viu-se uma repaginação da saída dos governos militares para reduzir as pressões sociais e econômicas no centro-sul do país, estimulando a ocupação não indígena da Amazônia, sob a justificativa falaciosa e esquizofrênica do “integrar para não entregar”.

Gráfico 1. Taxa de Incremento do Desmatamento no Sul Amazonense (%)



Fonte: Dados do PRODES/INPE (2022) - Organizado pelo autor.

Nos anos recentes, porém, cabe anotar que boa parte dos que tentam a sorte (sorte mesmo, porque não há medidas estatais de apoio à migração) nesta região são camponeses oriundos de regiões onde o agronegócio se apoderou das terras nas últimas três décadas. Em relação aos dados mencionados anteriormente, Rondônia corresponde a 67,7% dos jovens contatados durante a pesquisa. Talvez mais significativo que o dado sobre a origem de nascimento dos jovens é a constatação de que muitos destes, chegados à comunidade acompanhando seus pais no ano de 2021, estão na expectativa de retornarem ao local de origem, ou migrarem para outros lugares, integrando um contingente de brasileiros que durante o governo Bolsonaro vivenciaram o atrofiamiento de políticas públicas que visavam o combate às desigualdades.

Se do lado dos migrantes de origem camponesa se constata o predomínio da influência determinante do mero discurso de autoridades, sem política fundiária, ou de assistência técnica e extensão rural aos camponeses², do lado dos agentes associados ao capital há um considerável apoio institucional por parte do Estado, movido pela expectativa de transformar Humaitá num polo agroindustrial e logístico³. Em outubro de 2022 aconteceu, na cidade de Humaitá, uma audiência pública, como parte do processo de licenciamento que visava incorporar mais 2.510 hectares ao cultivo de grãos em uma fazenda tida por autoridades e empresariado regional como exemplo a ser seguido. Na prática, a audiência pública, que não teve a presença de representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, ratificou o intento da fazenda de atingir 5.369 hectares cultivados com grãos, dos 12.636 hectares que declara ser proprietária.

Em termos simbólico, cabe registrar que durante a audiência, o pronunciamento de autoridades locais souu mais entusiasmado com a ampliação da área cultivada, do que mesmo o pronunciamento de fazendeiros, que em sua maioria, diziam ser desnecessário aquele procedimento protocolar exigido pela legislação ambiental, pois, segundo eles o cultivo de grãos configurar-se-ia ambientalmente correto, por ocorrer em áreas já desmatadas, ou num

² Esta é uma diferença crucial do que, do ponto de vista teórico, Guilherme Velho explicou a partir da conceituação de capitalismo autoritário: neste, o campesinato tem função essencial e por isso tal campesinato é criado e controlado pelo Estado, a partir de políticas e programas governamentais.

³ Segundo matéria da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, do governo do Amazonas, produzida em novembro de 2022, com investimento estimado em 1,2 bilhões de reais, incluindo crédito do BNDES, o Estado do Amazonas, em parceria com o Projeto Zagaia, deve implementar diversas obras que integrarão o referido Polo, que estará voltado aos diversos segmentos do agronegócio. Disponível em: <https://www.seducti.am.gov.br/polo-agroindustrial-e-logistico-em-implantacao-no-sul-do-amazonas-visa-fomentar-producao-de-graos-e-gerar-12-mil-empregos/>

ecossistema diferente da floresta densa, cujo relatório de impacto ambiental da fazenda denomina “Savana Parque”. Os defensores de tal modelo agrícola não mensuram, entretanto, os impactos causados pelo uso intensivo de materiais sintéticos lançados no solo e nas águas.

Portanto, no que concerne ao agronegócio, há um expressivo movimento de territorialização do capital (OLIVEIRA, 2016) na região do Sul Amazonense, a partir de atividades agropecuárias de baixa utilização de mão de obra direta. É, pois um modelo produtivo baseado na concentração fundiária, na superexploração do trabalhador e na degradação do meio ambiente, seja pelo desmatamento e queimadas da vegetação, seja pela deposição de resíduos químicos de agrotóxicos no solo e cursos d’água. Quando se considera, no entanto, o perfil tecnológico utilizado na produção em larga escala de grãos para exportação, que são estimuladas pelas fazendas da região, resta claro estarmos diante de um cenário evidente que caracteriza o capitalismo dependente.

Conforme assinala Frigotto (2018a, p. 30) sobre o capitalismo dependente:

[...] A aliança dependente e subordinada da burguesia brasileira com os centros dominantes do capital tem como resultado a combinação de nichos de alta tecnologia, elevadíssimos ganhos do capital, concentração abismal de capital e de renda e superexploração do trabalhador e uma concentração de miséria e de mutilação dos direitos elementares da grande maioria (FRIGOTTO, 2018a, p. 30).

No campo da educação, o resultado prático desta aliança que configura o capitalismo dependente é a geração de iniciativas formativas que visam ao adestramento de trabalhadores, reduzindo o ideal de qualidade à formação de pessoal para a execução de trabalho simples, conforme segue a explanação de Frigotto (2018a, p. 30):

[...] O critério definidor de qualidade é posto pela ótica dos interesses do mercado. Assim, quando os organismos internacionais, interpretando o juízo de valor do mercado de compra e venda de força de trabalho, referem-se a uma educação de qualidade total, eles a entendem como aquela que prepara o trabalhador no plano científico, técnico, psicofísico, cultural, afetivo e político a fazer bem feito o que lhe prescrevem. Ou seja, produzir uma mercadoria ou realizar um serviço no tempo médio menor, com menor preço possível e dentro dos atributos exigidos pelo mercado na competitividade intercapitalista. Tanto os atributos científicos e técnicos de domínio na realização do trabalho quanto os políticos e ideológicos de disciplina, aceitação ou submissão ao estabelecido ou à hierarquia são fundamentais nos processos formativos reprodutores da ordem social do sistema capital (FRIGOTTO, 2018a, p. 30).

Assim, seguindo um dos objetivos presentes quando da criação da Rede Federal de EPT, por meio dos IFs (FRIGOTTO, 2018c), sobretudo no que tange ao movimento de

interiorização, que implementaria ações formativas voltadas a servir de suporte ao fortalecimento das chamadas “cadeias produtivas” locais, no Campus Humaitá esta tendência estaria assegurada através da oferta do curso Técnico em Agropecuária para a produção de grãos e rebanho de gado bovino; Curso Técnico em Florestas para viabilizar os processos de exploração florestal e produção de madeira; e Curso Técnico em Recursos Pesqueiros para o desenvolvimento da produção aquícola, ambos com conteúdo que preparariam/formariam/adestrariam pessoal capaz de dar o suporte à expansão do agronegócio nesta região. Para ficarmos apenas no exemplo do curso Técnico em Agropecuária, é significativo que nosso levantamento documental tenha revelado que entre 2017 e 2020 o IFAM formou 177 pessoas na região sul amazonense (Campus Humaitá e Campus Lábrea).

Contudo, não obstante a clara constatação de que a opção e formatação de cursos técnicos do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, do IFAM em Humaitá, estariam em conformidade com a lógica do adestramento para a execução de trabalho simples, os índices de empregabilidade direta de egressos nos empreendimentos do agronegócio na região é incipiente, inscrevendo indiscutivelmente a contradição própria do agronegócio como expressão do capitalismo dependente: mesmo que para sua viabilização, em sua essência esteja a manutenção da grande propriedade e da superexploração de trabalhadores durante a retirada da floresta, como símbolo e práticas do passado, no século XXI ele é altamente dependente do uso intensivo de agroquímicos (de corporações internacionais) e outras tecnologias de biotecnologia/engenharia genética patenteadas por grandes corporações internacionais e da tecnologia informacional de ponta (georreferenciamento de precisão, uso de drones para vistorias em lavouras etc.)⁴. Este cenário, reiteramos, se reflete nos baixos indicadores de empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos nestas atividades.

A confrontação a esta lógica que orienta a definição de políticas formativas em educação profissional destinada a atender aos ditames dos grupos hegemônicos no campo econômico e que, neste caso particular interconecta-se com a lógica perversa do agronegócio, somente seria possível com a adoção de uma perspectiva educacional nos marcos da omnilateralidade. No tocante ao reflexo desta forma de expansão do capitalismo no campo

⁴ Em termos simbólicos e práticos, talvez a melhor ilustração do contraste do emprego de tecnologia avançada no agronegócio nesta região de fronteira, seja a presença imponente de modernos veículos caminhonetes, da indústria automobilística japonesa ou norte-americana, que trafegam pelas remotas e precárias estradas sem pavimentação asfáltica.

brasileiro sobre questões relativas à educação profissional e tecnológica e consequente assimilação, ou não de trabalhadores, vale recorrer a Frigotto (2018a, p. 31) quando assegura que:

Trata-se das bases de conhecimentos que permitem ler, analisar, interpretar e compreender como funciona o mundo da natureza e da matéria (o que GRAMSCI denomina de sociedade das coisas) e como funcionam as relações sociais, políticas, culturais (sociedade dos seres humanos) (FRIGOTTO, 2018a, p. 31).

O Campus do IFAM em Humaitá: o limiar de uma década de EPT numa localidade da fronteira amazônica

Conforme comentado anteriormente, a superação de uma educação estritamente voltada aos interesses da classe empresarial na lógica economicista do mercado de trabalho, exigiria outros marcos de referência, pautada numa educação profissional e tecnológica que, no tocante ao ensino médio, contemplaria a perspectiva de uma escola unitária, omnilateral, tecnológica ou politécnica.

Neste contexto, o tema que nos ocupamos, do ensino médio e educação técnico- - profissional, o consenso a ser construído é a luta prioritária pelo ensino médio universal, na perspectiva da escola unitária, omnilateral, tecnológica ou politécnica como direito social e subjetivo. Um ensino que não separa e sim integra, numa totalidade concreta, as dimensões humanísticas, técnicas, culturais e políticas e que também não estabelece dicotomia entre os conhecimentos gerais e específicos. É isto, na realidade, que as forças sociais interessadas num projeto social nacional popular defenderam na Constituinte e na LDB. Por isso, o ensino médio constitui-se na última etapa da educação básica (FRIGOTTO, 2018b, p. 57).

Neste sentido, deve-se ter em mente que as condicionantes da luta de classes e interesses da classe dominante, conferem um caráter transitório e ambíguo à EPT atualmente implementada nos IFs. Os IFs possuem uma certa centralidade no debate sobre a educação politécnica no Brasil, como instrumento vital para o desencadeamento de um modelo societário distinto do vigente (do capitalismo dependente) e um projeto de desenvolvimento nacional popular. Esta centralidade decorre do fato de que em tese, não sem contradições e ambiguidades, os diferentes processos formativos da EPT dos IFs pautam-se numa educação que articula ciência, cultura e a valorização do trabalho e, ademais, estas instituições reuniriam as condições materiais que permitem enfrentar o triplo desafio de viabilização de uma educação voltada a superação das relações atuais de produção. Entretanto são facilmente perceptíveis uma série de instabilidades que colocam em xeque a assertiva da capacidade de

viabilização material desta transição nos IFs, como por exemplo a alta rotatividade dos quadros docentes (FRIGOTTO, 2018c).

Em sua análise sobre “ifetização” da EPT no Brasil, Frigotto (2018) discorre sobre os embates, impasses, dilemas, incongruências e contradições que permearam o processo de constituição da Rede Federal de EPT no Brasil, que em boa medida se deu pela conversão dos Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFETs em Institutos Federais. Para o caso aqui estudado, vale recorrer a esta análise, destacando uma das observações feitas por este autor em nível nacional:

[...] Mas a criação dos IFs, no complicado enredo dos interesses e da cultura política, acabou revelando por um lado que havia uma diferença substantiva entre os centros vinculados ao campo industrial e os vinculados às agrotécnicas (FRIGOTTO, 2018c, p. 132).

Levar em conta esta duplicidade que permeia a história da EPT no Brasil nos parece ser fundamental para a compreensão do caso empírico por nós estudado. Grosso modo esta duplicidade se reproduz em nível de IFAM: uma perspectiva que orienta a definição e configuração dos processos formativos ofertados para Manaus e tudo o que representa o Polo Industrial ali instalado por um lado; e outra para os campi do interior. No caso de Humaitá, não obstante uma organização em três eixos tecnológicos que orientam a oferta de cursos⁵ (tendo em vista a própria formação da força de trabalho e quadro docente) é notório sobressair-se este caráter agrotécnico - dos cursos do Eixo Recursos Naturais como sendo a "vocação natural". No caso considerado, os discursos de defesa e promoção do agronegócio conferem o peso ideológico e simbólico de representação do que deveria ser o *campus*, tal como seria, no *campus* Manaus Distrito Industrial, em Manaus, a relação com os cursos do Eixo Controle e Processos Industriais. Esta dimensão simbólica, em ambas as perspectivas pode-se verificar em discursos reproduzido na comunidade interna (servidores e discentes), mas também de políticos, setores empresariais e sociedade civil. No caso em estudo, estas inclinações refletem nos esforços de parcerias entre o campus e setores empresariais e órgãos públicos para a colocação dos discentes em postos para o cumprimento do estágio supervisionado.

⁵ Além do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, há oferta de cursos na modalidade Ensino Médio Integrado e Subsequente, nos Eixos Tecnológicos Gestão e Negócios e Eixo Informação e Comunicação.

O Decreto Lei nº 11.892/2008 operou a fusão das três instituições federais de EPT no Estado do Amazonas, resultando na criação do IFAM. Atualmente (dezembro de 2022), o IFAM é composto por 14 (quatorze) unidades, todas dotadas de uma estrutura administrativa e pedagógica básica de funcionamento. São três campi na capital do Estado, Manaus: Campus Manaus Centro/CMC, Campus Manaus Distrito Industrial/CMDI, Campus Manaus Zona Leste/CMZ; e os demais em municípios do interior do estado, a saber: Campus Coari, Campus São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, Tabatinga, Tefé. Os campi registrados na categoria Avançado são: Campus Avançado de Manacapuru, Avançado de Iranduba e Avançado de Boca do Acre.

Criado em 2013, por ocasião da Fase III de ampliação da Rede Federal de EPT e aguardando a conclusão da obra de construção iniciada em 2015, o Campus Humaitá tem suas instalações numa área cedida pelo Município de Humaitá, onde funcionou a Escola Rural Municipal. Distante 6 km do núcleo urbano de Humaitá, o Campus dispõe de uma área de 120 hectares, que possibilita o estabelecimento de laboratórios voltados principalmente às atividades relacionadas ao Eixo Tecnológico Recursos Naturais. Atualmente há dois laboratórios de informática, um de manutenção de computadores, um laboratório de biologia e química, um laboratório de florestas, um laboratório na área de gestão e negócios e um laboratório de aquicultura. Em quase sua totalidade os ingressantes através de concursos públicos, o Campus tem atualmente cerca de 72 servidores, sendo 41 professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Atualmente, o Campus possui cerca de 600 alunos matriculados em modalidades de ensino presencial, dos quais em torno de 30% correspondem aos alunos dos cursos técnicos subsequentes. Os demais estão distribuídos em turmas de 1º a 3º ano dos cursos técnicos em agropecuária, informática e administração, na modalidade de ensino médio integrado. O IFAM ofereceu também cursos na modalidade ensino à distância – EAD, somando 167 alunos em 3 (três) cursos. Além dos cursos citados, o Campus realiza cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), por meio do Centro de Idiomas, Coordenação de Extensão e Coordenação de Atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais (CAPNE), para a comunidade em geral, especialmente para outros campi e professores da rede estadual e municipal de ensino na área de educação inclusiva. Em 2021 foi criado o Centro de Referência no município de Apuí-AM com ofertas de cursos FIC na área de administração pública e formação de professores.

Embora sem desconsiderar as limitações do alcance prático do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é significativa a ênfase dada ao Eixo Recursos Naturais no caso do IFAM, Campus Humaitá, tanto na previsão de ampliação da oferta de cursos técnicos, quanto nas expectativas de verticalização do ensino.

Vejamos, no PDI 2014-2018, mais diretamente associados na área de Recursos Naturais, além da manutenção dos cursos então ofertados, previa-se a criação dos seguintes cursos: a) Modalidade Ensino Médio Integrado: Zootecnia; b) Modalidade Subsequente: Agroecologia, Fruticultura e Biotecnologia; c) Graduação: Bacharelado em Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Engenharia Florestal; d) Pós-graduação Lato Sensu: Agronomia/fitossanidade e Agroecologia.

No PDI 2019-2023 previa-se, a) Modalidade Ensino Médio Integrado: Aquicultura; b) Especialização Técnica de Nível Médio: Planejamento de Exploração Vegetal e Tratamentos Silviculturais Pós-exploratórios; c) Graduação: Bacharelado em Aquicultura, Engenharia Florestal e Tecnológico em Agroindústria; d) Pós-graduação Lato Sensu presencial: Educação Ambiental e Georreferenciamento; e e) Pós-graduação Lato Sensu EAD: Recuperação de Áreas Degradadas. Na prática, terminando o horizonte temporal do segundo PDI, o Campus manteve apenas os cursos com o quais iniciou, não havendo ainda qualquer avanço na verticalização. Aqui não buscamos dar respostas às razões de não se ter avançado em qualquer um dos eixos, mas, sabe-se que a partir de 2017 a emenda constitucional que estipulou teto de gastos reduziu o volume de recursos destinados ao IFAM e o segundo PDI tem parte de seu horizonte temporal dentro do período de pandemia da COVID-19, que inegavelmente dificultou sua execução.

Os egressos colaboradores da pesquisa concluíram, entre 2015 e 2020, cursos de Técnico em Agropecuária (37,9% dos colaboradores); e Técnico em Florestas (37,9% dos colaboradores); e Técnico em Recursos Pesqueiros (24,1% dos colaboradores). Em linhas gerais, os cursos técnicos do IFAM de Humaitá (com as primeiras turmas de subsequente concluindo a partir de 2015 e integrado a partir de 2016), representam uma mudança considerável no cenário educacional regional, pois possibilitaram o acesso de um número considerável de pessoas à formação profissional e tecnológica. São filhos da classe trabalhadora, onde boa parte declara serem descendentes de avós que não frequentaram a escola. Neste sentido, no contexto analisado é evidente a concretização do que apontou

Pacheco (2010) sobre o significado social dos Institutos Federais, sobretudo quando se considera a desigualdade regional no tocantes a oferta de cursos técnicos e do ensino médio em geral.

A despeito da baixa inserção imediata de profissionais no mercado de trabalho, o curso técnico na modalidade integrado ao ensino médio é reconhecido pelos egressos como fator relevante em sua preparação para o ingresso em cursos de graduação. Dos entrevistados, 64% ingressaram em graduações em instituições pública e 18% em instituições privadas, após a conclusão do curso técnico. Estes dados revelam que mesmo com certas dificuldades de atualização e acompanhamento no ritmo das mudanças de ordem econômica e política, a oferta e cursos técnicos do IFAM em Humaitá, representa uma orientação da educação para além do capital, nos termos de Mészáros (2008). Talvez por falha do próprio instrumento de produção dos dados (uma vez não ser este o objetivo da pesquisa), isto não é conclusivo, entretanto, revela-se nesta situação algum traço de contribuição da EPT nesta região (dos cursos estudados), quanto a uma formação omnilateral do ser humano historicamente situado.

Entre os egressos dos cursos da modalidade subsequente, também com baixa inserção no mercado de trabalho, fica patente a satisfação com os conhecimentos e titulação adquiridos. Embora a pesquisa não pretendesse aprofundamento quanto às políticas mais amplas, constatou-se que a grande maioria dos egressos acredita que as condições de um cenário socioeconômico com maiores oportunidades, passa pelo debate entre governos e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados da pesquisa, planejadores e gestores de políticas públicas do chamado setor produtivo, e a sociedade do Sul Amazonense em geral, devem refletir de maneira crítica sobre as contradições que permeiam a dinâmica econômica regional dos últimos anos, que em última análise, consagra a imagem da Amazônia como mera fornecedora de recursos naturais e espaço geográfico para expansão capitalista. Quando olhamos o caso dos cursos da EPT diretamente alinhados ao ideário da formação de mão-de-obra a serviço do agronegócio, por um lado, evidencia-se serem incipientes os casos de empregabilidade direta dos egressos dos cursos técnicos considerados nesta pesquisa nos estabelecimentos representativos do “ideal” economicista da expansão do agronegócio. Por outro lado, evidencia-se também que a oferta de cursos técnicos representa uma mudança

qualitativa no histórico das políticas de educação pública na região, uma vez que amplia o acesso de diferentes grupos à EPT.

Embora revertido de um discurso demasiadamente otimista quanto ao suposto potencial de geração de oportunidades para diferentes grupos sociais, a expansão do agronegócio nesta parte da Amazônia tem reproduzido os efeitos mais negativos em termos de impactos sobre as populações locais, quais sejam: i) a ativação da especulação imobiliária e estímulo à invasão de terras públicas; ii) pressão sobre áreas protegidas; e iii) violento ataque às culturas e modos de vida de povos e comunidades tradicionais.

A pesquisa leva a concluir que a política de EPT brasileira, por meio dos IFs se mostra ambígua também no contexto considerado, no qual o agronegócio é fortemente estimulado pelo Estado. Mas representa um avanço na direção de uma educação que permita novos horizontes de projetos de vida e projeto societário. É sabido que para um projeto societário diverso do atualmente em curso, além da qualidade social que se pretende com a EPT, é necessário o alinhamento desta com uma política de geração de emprego e renda correspondente. Não obstante as contradições observadas, é necessário afastar-se de certos argumentos que julgam ser desperdício de recursos públicos manter uma instituição cujos egressos não se inserem no mercado de trabalho. Em última análise, a EPT, concebida como emancipatória representa um direito social, capaz, entre outras coisas, de animar uma sociedade a enfrentar os desafios colocados.

Embora não abordando a situação dos cursos vinculados aos outros Eixos Tecnológicos que estruturam a atividade do *campus*, a pesquisa revelou a urgência de um amplo debate que priorize as aspirações da pluralidade da sociedade civil sobre qual o modelo societário se deseja para esta região. Portanto, não se trata de um debate sobre a reformulação de matrizes curriculares, ou mesmo de definição de cursos mais ajustados às demandas de mão de obra do agronegócio, mas, de um debate que discuta o que se almeja para a sociedade e qual seria o papel e formato da EPT nos esforços para sua concretização. No limite, estamos falando do direito à cidadania e de aprimoramento e consolidação do ideário democrático, tão caros ao debate público nesta região.

A relação entre a expansão da fronteira agropecuária e EPT se faz ambígua porque, no desenho atual, esta é condicionada a servir ao capital por meio da qualificação de pessoas a disporem de trabalho para ser explorado e, no entanto, nem mesmo este intento se concretiza,

devido as características próprias das atividades produtivas fomentadas pelo Estado. Mas é ambígua também porque inegavelmente concorre para a criação de possibilidades de superação do modelo, de fazer diferente, a partir do fornecimento de elementos que permitam uma visão crítica da realidade. Ou seja, é ambígua pois não obstante as condicionantes observadas, antes de tudo, aí estão os agentes capazes de superar a situação atual.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa – 11^a ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2011.

CRISPIM, C. N. S. Quatro visões sobre a Amazônia como fronteira: diversidades e semelhanças. **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia Política - Economia Política e Democracia: marchas e contramarchas no século XXI**. Uberlândia (MG): Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022. Disponível em: https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos-aprovados#ordinarias. Acesso em janeiro de 2023.

FRIGOTTO, G. Contexto da problemática do objeto da pesquisa, objetivos, categorias de análise e procedimentos metodológicos. In.: FRIGOTTO, G. (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018a.

FRIGOTTO, G. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. In.: FRIGOTTO, G. (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018b.

FRIGOTTO, G. Indeterminação de identidades e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In.: FRIGOTTO, G. (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018c.

IFAM, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 20014 – 2018. Manaus: IFAM, 2014.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2019 – 2023. Manaus: IFAM, 2019.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996**.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. [tradução Isa Tavares]. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOSELLA, P., & AZEVEDO, M. L. N. A educação em Gramsci. **Teoria E Prática Da Educação**, **15(2)**, **25-33**, **maio/ago.** 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/tpe.v15i2.20180>.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

Recebido : 09 de fevereiro de 2023.

Aprovado: 30 de novembro de 2023.

Publicado: 1 de janeiro de 2024.

Autoria:

Autor 1: **João Maciel de Araújo**

Doutor em Ciências Sociais pela UNESP de Araraquara (SP) e docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Humaitá (AM).

Instituição: IFAM

E-mail: joao.maciел@ifam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8180-9754>

País: Brasil